

Gestão Territorial Participativa

Prof. Rer. Reg. José Fernando Arns
PUCPR
arns@rla01.pucpr.br

RESUMO:

A visualização clara e continuada de caminhos alternativos para a solução de problemas encontrados em comunidades carentes é dificultada pela falta de informação e de dados precisos que possam contribuir com a busca da melhoria da qualidade de vida. Neste processo vislumbram-se sujeitos tanto ricos como pobres que não possuem acesso ao planejamento de seu bairro ou da sua comunidade nem formas de contribuir eficazmente com ele. É possível superar tais dificuldades. De que forma se pode fazer isto? A garantia, da participação efetiva da população, segundo a Constituição Cidadã de 1988, precisa ser assegurada.

O Modelo de Gestão Participativa pode trabalhar em prol da integração entre as diversas esferas de decisores, como também na democratização da informação e de dados para tornar possível a construção de uma nova forma de agir, fora dos velhos paradigmas do assistencialismo e do paternalismo, utilizando ao invés disso um planejamento participativo, integrado e, mais importante, convergente aos anseios da população, sendo um multiplicador do conhecimento, de histórias e de identidades locais.

ABSTRACT

The continuous, transparent search for alternative ways which aim the solution of problems found in deprived communities is hindered by the lack of information and accurate data able to contribute with the improvement of quality of life. In this process it can be observed that both, rich and poor individuals are not allowed to plan their neighborhood or their community, neither they have ways of efficaciously contributing to it. It is possible to overcome such hindrance. In order to do that, the effective participation of the population, guaranteed in the 1988 Citizens' Constitution, must be assured.

The Model of Participative Management can work towards the integration of the diverse spheres of decision takers, as well as towards the democratization of data and information, in order to outline the construction of a new way of action, far from the old paradigms of welfare and paternal government action; instead of that it is proposed a planning process which shall be participative, integrated and, much more important, concerned with the population needs and longings, becoming a multiplier of knowledge, of history and of local identity.

1. Preâmbulo

A Gestão Territorial participativa é o caminho alternativo ao paternalismo e ao assistencialismo, mecanismos adotados por muitas entidades públicas e privadas durante muito tempo no Brasil. Ao invés de criar a história e as identidades das comunidades, as mesmas foram fragmentadas. Não ensinou-se a pescar, e sim foi fornecido o peixe quase pronto. As pessoas das comunidades não aprenderam a viver, a sonhar, a participar; enfim, a criar. Muitas entidades públicas e privadas não consentiram que estes Cidadãos participassem, pois muitas vezes os resultados precisam ser apresentados a bancos de financiamento internacionais, precisam ser apresentados nas seguintes eleições... inúmeras razões existentes na história brasileira, que não cabe aqui ressaltar. Atualmente muitas comunidades, principalmente as carentes, esperam a ajuda dos Governos Federal e Estadual e das Prefeituras. Por outro lado escuta-se a insatisfação dos cidadãos e cresce a cada dia a vontade de mudar esta realidade. Mas como podem mobilizar-se de forma organizada estes cidadãos? Onde podem iniciar suas atividades, onde podem encontrar apoio técnico, científico e humano para as suas ações?

A questão principal, então é como alicerçar, nas comunidades, ações que combatam a pobreza social, construam a história e façam a identidade local ser reconquistada, fornecendo às pessoas a formação necessária para que elas possam sentir o quanto podem contribuir para o seu bem-estar e o da sua comunidade.

A proposta da pesquisa continuada é construir a Cidadania e uma sociedade socialmente mais justa, mais democrática e conhecedora de seus deveres e direitos. A proposta assume uma mobilização social que enfrente de forma organizada os problemas sociais, econômicos e

ambientais. Tais problemas devem ser enfrentados de forma única, com uma sociedade unida e fraterna, que não fuja da realidade, que bata à nossa porta e que perfure as paredes de ricos e pobres.

O descaso político tem sido grande, desrespeitando a própria Constituição Cidadã de 1988. A paisagem Urbana precisa refletir uma comunidade saudável, construída e identificada por todos, contrária à sociedade atual, com problemas de segurança, de emprego e ambientais. É importante salientar que a Gestão Territorial é tarefa de toda a sociedade, não somente de Municípios, ou de Governos estaduais ou federal. Como mobilizar, como organizar socialmente ações que gerem informação e a formação de Gestores locais?

A formação de tais Gestores, aliada ao planejamento participativo interdisciplinar e interinstitucional, promoverá a mobilização social necessária para a sustentabilidade do espaço social e territorial. Um sistema de atores irá fomentar e apoiar este processo de interação e integração entre a comunidade e entidades públicas e privadas promovendo a Gestão Territorial participativa e resgatando o histórico de muitos processos que aconteceram, de muitos atores, facilitadores e decisores que participaram com suas potencialidades humanas, técnicas e científicas.

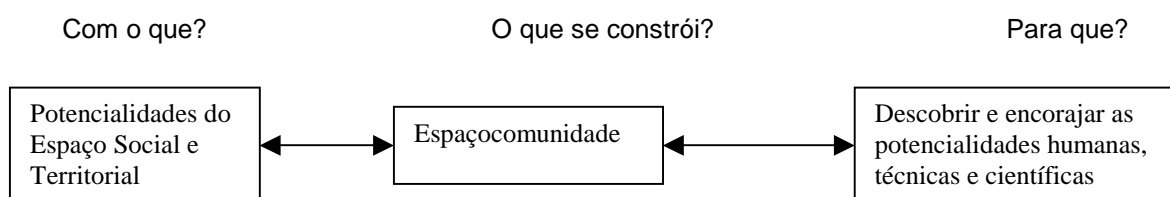
O planejamento participativo reduz custos e aumenta a eficiência do modelo a ser apresentado e a eficácia do processo. A Gestão Participativa forma gestores locais e regionais, multiplica o conhecimento técnico, científico e humano dos diversos atores participantes nos diversos processos promovendo o desenvolvimento local.

A proposta deste artigo é construir de, maneira prática e simples, um modelo de Gestão Territorial Participativa, já em pesquisa e desenvolvimento no Município de Curitiba-PR, especificando as formas eficazes de atuação na comunidade e propondo ações e locais adequados multiplicadores de um novo agir e participar.

2. Construção do Modelo de Gestão Territorial Participativa

O modelo a ser apresentado está em desenvolvimento há três anos na Comunidade Vila Torres, em Curitiba. Ele integra dois importantes referenciais teóricos integrados: o cadastro técnico

Multifinalitário (CTM) e conceitos do Multicritério de Apoio à Decisão (MCDA). Com a interação e a integração destas duas metodologias pode-se construir e formar um sistema de atores potenciais de entidades públicas e privadas, os quais fornecerão informações qualitativas e quantitativas do espaço social e territorial de forma continuada. Isto permite descobrir e encorajar as potencialidades humanas, técnicas e científicas como forma de desenvolver processos diversos que promovam a gestão participativa e a geração de informação. O esquema seguinte mostra a forma de atuar na comunidade:



Os atores, ou seja, as pessoas que ocupam uma determinada área de abrangência, determinam o Espaço Social da comunidade. A comunidade é formada por um sistema de atores que participam de processos, atividades e ações continuadas por meio de suas potencialidades humanas, técnicas e científicas dentro da área de abrangência da comunidade. Por sua vez, o Espaço Territorial é a estrutura física potencial que é ocupada pela comunidade na sua área de abrangência.

Abaixo estão relacionadas as diferentes fases e as respectivas metodologias adotadas para a construção do Modelo de gestão Participativa:

Fases da Construção do Modelo	Ação	Metodologias
Construção da Realidade Local	Busca das potencialidades do espaço social e territorial da comunidade	CTM

<p>Espaço Comunidade: Formação do Sistema de Atores / Rede de Trabalho</p>	<p>Formar grupos de decisores e facilitadores a partir das suas potencialidades humanas, técnicas e científicas, buscando priorizar a subjetividade humana.</p>	<p>MCDA e Rodas de Conversa</p>
<p>Planejamento das ações em campo</p>	<p>Analisar as diferentes ações na comunidade, atores participantes, locais prováveis para multiplicar o conhecimento.</p>	<p>Mapas Temáticos</p>
<p>Descobrir e Encorajar as potencialidades humanas, técnicas e científicas promovendo a Gestão Territorial Participativa</p>	<p>Local apropriado para a promoção e formação de Gestores locais. Democratização da informação por meio da comunicação de alcance comunitário.</p>	<p>Sistema integrado de atores por meio do planejamento participativo e atuação interdisciplinar e interinstitucional</p>

2.1 Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM)

O Cadastro é uma importante ferramenta catalisadora de informações socioeconômicas e ambientais da comunidade. Percebe-se a falta de informações e dados atuais que revelem a realidade e formas de atuar nas regiões. Portanto, o Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM) é uma ferramenta essencial, catalisadora de informações socioeconômicas e ambientais da Comunidade, que descreve, também, as diversas estruturas existentes, os fenômenos, os mecanismos, as teorias e práticas em ação sobre o dinamismo local atuante.

A característica principal do cadastro é propor a multifinalidade dispondo de diferentes informações multifacetadas nas áreas sócio-econômicas e ambientais num determinado escopo de espaço e tempo a partir de regras e normas pré-determinadas.

A multifinalidade do cadastro, as informações multifacetadas, as regras e as normas são Estes são fundamentais em todo sistema aberto de Comunidade, no qual são regidos o seus objetivos, responsabilidades e papéis de cada membro, ator participante do processo.

O CTM é a coleta de dados alfanuméricos, qualitativos e quantitativos, que devem ser precisos, concisos e verdadeiros, para obter e oferecer alternativas de soluções reais a partir do melhor conhecimento da realidade em questão, dita naquele momento e espaço da comunidade. Isto confirma que o conhecimento faz parte de um sistema aberto de erros e acertos, razão pela qual os dados precisam ser sempre melhorados, chegando cada vez mais perto da realidade e demanda local; enfim, da comunidade.

Para Loch (1993), apud Bortot, o cadastro Técnico Multifinalitário é fundamentado em diversos mapas temáticos que, quando relacionados entre si, são ferramentas ideais para o planejamento.

Percebem-se melhores resultados e eficiência do trabalho local, se, e somente se, houver um planejamento participativo local com o intuito da promoção e valoração do conhecimento local, caracterizado pela sua história, suas identidades locais, seus valores, suas crenças e a potencialidade de cada um dos grupos de atores. A partir disto é possível construir projetos integrados com a realidade local, oportunizando o desenvolvimento local e formando gestores locais entre os seus diversos atores, decisores e facilitadores.

A estrutura física da comunidade e as informações locais coletadas poderão ser analisadas a partir deste levantamento, propondo ações condizentes e hierarquizadas, pela estrutura social presente.

Nesta coleta, as equipes de atores, decisores, facilitadores e parceiros precisam ter caráter multidisciplinar e interinstitucional, para poder chegar, pelo cruzamento de dados e pelas informações, o mais próximo da realidade em questão. A partir da visão aberta do sistema e do processo, o acréscimo de informações resultará em inovações e no surgimento de oportunidades de desenvolvimento locais reais e de longa duração. Por tal razão, os dados aqui coletados podem servir numa etapa seguinte como um banco de dados técnicos, científicos e humanos disponíveis para outras comunidades, as quais poderão utilizar tais experiências.

Isto facilitará a busca e otimização de recursos humanos e financeiros que desejem contribuir de forma eficaz e eficiente na busca de soluções não necessariamente ideais, mas reais e palpáveis para o espaço e tempo determinados. O processo fornecerá, a cada fase, novos indicadores e parâmetros sobre o andamento das ações interdisciplinares e multidisciplinares, dependendo do enfoque nos diversos projetos. Fará com que se consigam novos líderes, novos gestores e

parceiros nos diversos projetos, já que o poder do conhecimento da realidade e demanda advinda do Banco de dados CTM fornecerá tais dados, assim como suas experiências, potencialidade, erros e acertos.

Será criada a história, a identidade do grupo de pesquisa e do projeto. A partir dos dados multifinalitários será mais fácil integrar os outros projetos sociais e interagir com eles por meio de suas experiências e equipes interdisciplinares, com o intuito de atingir outras metas propostas.

A estratégia de mudar realidades é o conhecimento, não somente como aprendizagem, mas também como gerador de informações nas áreas de planejamento, gerenciamento e manutenção das diversas ações.

Todo este processo aberto pode alavancar, instruir e sustentar ações a partir da contribuição de atores, decisores, facilitadores e parceiros, com cada um instruindo, fazendo a emancipação e propiciando a sustentabilidade local e regional.

O propósito é gerar envolvimento, motivação política, engajamento e construção de consciência crítica sempre alerta, desenvolvendo crianças felizes, adolescentes saudáveis e adultos conscientes e promovendo, nas diversas escolas o conhecimento, a pesquisa, a mudança de atitudes e novas posturas na sociedade.

2.2 Multicritério de Apoio à Decisão (MCDA)

A metodologia Multicritério de Apoio à Decisão (MCDA), conforme a Escola Européia, baseia-se nas seguintes convicções básicas: Onipresença da subjetividade e interpenetrabilidade com a objetividade no processo decisório, assim como no paradigma da aprendizagem pela participação e o construtivismo. (Esslin et al, 1996).

Estas convicções só se justificam se integradas em um sistema de processo de apoio à decisão, que é formado pelos subsistemas de atores e ações

Na abordagem MCDA, os problemas são complexos, tipo SOFT, e assumem que existem diversos atores envolvidos no processo decisório; considera o subjetivismo dos atores e que os objetivos não estão claramente definidos e estruturados, enfatizando a fase de estruturação.

O MCDA pode lidar com qualquer tipo de problema complexo. A metodologia é proposta a qualquer momento em que os decisores estejam incertos quanto ao caminho a seguir ou a qualquer momento em que eles, os decisores, tenham interesses conflitantes.

Ele é capaz de organizar a complexidade, é capaz de incluir considerações subjetivas e é capaz de sintetizar informações e julgamentos e uniformizar conhecimentos.

O método fornece uma abordagem estruturada para decisões complexas, considerando dados quantitativos e julgamentos subjetivos e permite ao(s) Decisor(es) obter(em) um retrato gráfico do problema na forma de uma hierarquia.

Por outro lado, a pesquisa operacional tradicional considera geralmente um decisor único, utilizando a via do objetivismo e assumindo que os objetivos do decisor estão claramente definidos, não enfatizando a fase de estruturação do problema.

Segundo Costa et al (1996), múltiplos pontos de vista interessam à pesquisa da tomada de decisão com múltiplos critérios: "O Objetivo da análise multicritério é o esforço de problemas de decisão nos quais diversos pontos de vista devem ser levados em consideração".

Participam do Ambiente Decisoral os decisores, os facilitadores e os parceiros da comunidade. Cada grupo possui sua potencialidade, a qual é analisada e verificada a partir do levantamento feito na fase do CTM anteriormente comentado.

A integração e a interatividade do grupo é pré-requisito para o êxito do processo na busca de alternativas de soluções dentro de um determinado no espaço social.

2.3 Mapas Temáticos

Os mapas temáticos auxiliam visualmente nas estruturas sociais e territoriais existentes na comunidade. Os Mapas temáticos organizam as diferentes ações do sistema de atores.

Todo este processo, desde o levantamento socioeconômico e ambiental até suas potencialidades humanas e estruturais em um determinado espaço e tempo podem facilmente ser rastreadas, mapeadas pela cartografia e suas tantas derivações.

Contaríamos com inúmeras experiências, erros e acertos, histórias e identidades e, o mais importante, faríamos com esta estrutura humana de decisores e facilitadores pudessem trabalhar

integrados e interagindo diretamente com um determinado meio social, proporcionando a geração do conhecimento de recursos humanos locais, sabedores de seus direitos e deveres, com altos benefícios para a sociedade local e regional.

Pode-se pensar em cartografia integrada com os objetivos da comunidade envolvida. Com estas premissas básicas integradas e interagindo com a otimização de toda estrutura física existente é possível propor oportunidades de desenvolvimento. Segundo Boutros Gahli (1995), o desenvolvimento pode ser reconhecido como a tarefa mais importante de nosso tempo e precisa ser visto nas diferentes dimensões que o constituem:

- a) Paz, como fundamentação;
- b) Economia, como motor gerador do progresso econômico;
- c) Proteção Ambiental, como base de sustentabilidade;
- d) Justiça Social, como pilar da sociedade humana;
- e) Democracia, como base de Governo.

Para tanto, é necessário verificar os pré-requisitos para uma Cartografia integrada aos anseios e necessidades de uma comunidade.

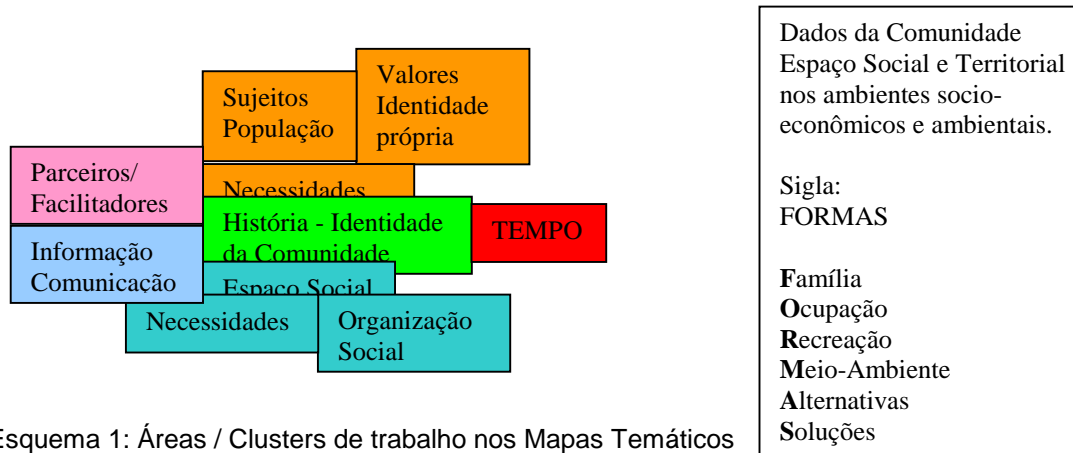
Nosso mundo e nossa vida vêm sendo moldados pelas tendências conflitantes da globalização e da identidade. Contornos pertinentes a cada cultura, bem como às fontes históricas da formação da cada identidade têm culminado em transformações e mudanças de atitudes com relação a ações ambientais, teológicas, de etnias, da família, da região. Avaliamos os movimentos sociais não como bons ou maus, mas como uma perspectiva de caminhos de transformação e da possível conquista do espaço e da sociabilidade e da construção do ser qualitativo e quantitativo merecedor de créditos.

É necessário considerar a múltipla variação de características sócio-econômicas e ambientais para melhor analisar, questionar, prognosticar mudanças possíveis de transformação social.

Abaixo estão relacionados tópicos importantes que formam um sistema ordenado de meios de ação e idéias, tendentes a uma cartografia que trace o perfil de uma determinada comunidade com intuito de ser uma ferramenta integradora de decisores e facilitadores, com cada qual contribuindo

em áreas de ações específicas, promovendo a formação de Gestores e encorajando estes a descobrir suas potencialidades e alternativas de soluções para o desenvolvimento sustentável da comunidade.

Portanto os Mapas Temáticos podem registrar, de acordo com os temas ou áreas (clusters) de trabalho, as diferentes ações em desenvolvimento e planejamento, assim como os atores envolvidos numa determinada comunidade.



Esquema 1: Áreas / Clusters de trabalho nos Mapas Temáticos

A cidade, a comunidade deve ser entendida como uma unidade produtiva, onde elementos do meio físico, biológico e cultural interagem e interdependem mutuamente uns dos outros. Ocorrendo mudanças de um desses aspectos, acontecerão alterações em outros componentes.

Para tanto é necessário conhecer a realidade de antemão e as pessoas que ocupam tal espaço físico e social. Entender este processo é uma importante tarefa e desafio para propor, de maneira eficaz, ações planejadas e sustentadas para períodos mais longos.

A representação dos fenômenos socioeconômicos e ambientais gerará a cartografia temática de suma importância para o bom desempenho e para o planejamento de ações conjuntas integradas entre comunidades e instituições públicas e privadas.

É difícil, para uma pessoa, comunicar sua idéia de um determinado lugar somente com palavras (imagens mentais). Os mapas são instrumentos visuais concretos que têm o poder de sintetizar a percepção espacial que o ser humano tem do ambiente; ou seja, um mapa representa

graficamente as imagens mentais de um determinado espaço. Portanto, para “conhecer” um lugar, precisa-se de “mapas”.

As ferramentas do Cadastro Técnico Multifinalitário, o Multicritério de Apoio à Decisão e as rodas de conversa resgatam e avaliam informações que fornecem subsídios para a cartografia, para os planos, os mapas e a realidade; trazem avaliações quantitativas e qualitativas dos ambientes socioeconômico e ambiental de uma determinada região.

Para Bähr, a implantação de um sistema cadastral depende da condição sócio-econômica do país. A economia e o adensamento populacional interferem diretamente na qualidade de vida. Para planejar e administrar essa qualidade de vida, as informações a respeito da distribuição das unidades imobiliárias, do uso e ocupação do solo, dos meios de circulação, entre outras, são fundamentais para canalizarem as decisões políticas. Assim, estas informações devem estar expostas não somente em forma descritiva, mas também em mapas.

A cartografia servirá eficazmente como embasamento de todas as informações fazendo com que estas possam ser utilizadas para um planejamento participativo local, gerenciando ações entre decisores e facilitadores com o objetivo de atender as necessidades levantadas e fazer o acompanhamento de medidas corretivas dentro da comunidade.

A conquista do espaço sustentável é válida, se assegurarmos as necessidades da geração atual sem tirar, das futuras gerações, o direito a um ambiente com qualidade.

2.4 Gestão Territorial Participativa (onde, como, atores, sistema de informação)

Após a construção do composto do espaço social e territorial da Realidade Local é necessário compor o Espaço comunidade para a construção do conhecimento na comunidade. Este espaço pretende descobrir e encorajar as potencialidades humanas, técnicas e científicas por meio da interação e integração de um sistema de atores, decisores e facilitadores que proporcionem o desenvolvimento e crescimento pessoal e empreendedor do grupo alvo.

O espaço comunidade é formado por diversos grupos de, no máximo, 20 à 25 integrantes, de decisores e 2 a 3 facilitadores, entidades públicas, entidades privadas e pessoas físicas potenciais da comunidade. A técnica da roda de conversa é aplicada no sentido de buscar, entre os diversos

decisores, dados qualitativos e quantitativos, formas de atuar e alternativas de soluções para as necessidades e prioridades, fazendo com que todos os seus objetivos sejam atingidos e buscando as razões e caminhos de soluções a partir da visão dos decisores do processo com apoio de facilitadores.

Segundo Keeney, a função do facilitador é apoiar o processo de tomada de decisão. Ele faz recomendações e seu sistema de valores deve estar isento delas, porém constitui-se mais em um objetivo idealista do que a prática do apoio à decisão.

Os locais para construção deste modelo devem ser políticos, mas não partidários, devem ser locais onde se concentre o maior número de pessoas das comunidades. No caso de Curitiba, é desenvolvido em duas escolas públicas que concentram 92% das crianças, adolescentes e jovens da comunidade Vila Torres.

Os facilitadores, que podem ser Universidades, escolas, igrejas, entidades públicas, entidades privadas ou até pessoas físicas e jurídicas, que auxiliam financeiramente, justificam-se somente por sua experiência técnica, científica e humana. Estes atores facilitam o processo, mas não podem interferir neles com seus valores ou crenças. Eles atuam exercendo não sua influência, mas colaborando com suas experiências técnicas, científicas e humanas em prol de objetivos levantados e hierarquizados através do CTM.

Por sua vez, esta tarefa servirá como estudo de caso, modelo e também como instrumento facilitador de ensino, pesquisa e extensão junto a às entidades de ensino e às entidades públicas e privadas. A busca de alternativas de soluções a partir da visão do decisor e discutidas diretamente com estes, com a sua população ativa em grupos pequenos em de rodas de conversa, procura encontrar não o caminho ou solução ótima, e sim o processo construído que as pessoas da comunidade possam assimilar naturalmente. Este novo conhecimento deve poder ser usado e identificado pelos decisores como um novo saber, como um agir que resulte em mudanças e inovações com o intuito de garantir a melhoria da qualidade de vida. É um processo multiplicador do saber para mudar, para então ensinar para novamente aprender. É um processo aberto e cíclico do saber.

O sistema de informação e comunicação deve ser discutido, analisado e planejado de forma participativa, interdisciplinar e interinstitucional, devendo existir trocas de experiências continuadas de aprendizado. O CTM, por meio da busca continuada das potencialidades do sistema de atores, os mapas temáticos e a formação do espaço comunidade nas escolas são repletos de informação em dados qualitativos e quantitativos da comunidade, e isto é uma forma verdadeira e real de saber atuar, onde, com quem, de que forma.

Para tanto, a integração e a interação entre as diferentes e inúmeras instituições públicas e privadas que concentram dados relativos àqueles espaços específicos deveriam ajudar a formar cadastros temáticos únicos para múltiplos usuários dessa ação e propiciando a melhoria da infraestrutura existente e da qualidade de vida dos cidadãos.

3. Resultados

A interação e integração de atores de entidades públicas e privadas fornece um aprendizado muito rico e valioso. Isto é conseguido pela concentração de atividades em um local neutro de políticas partidárias; trocam-se o assistencialismo e o paternalismo pela conscientização e pela prevenção por meio da mobilização social e a otimização do espaço territorial. O desafio é formar uma Organização Coordenadora, *Espaço Solidário.com...* catalisadora de informações sobre os espaços sociais e territoriais. Mas o processo de desenvolvimento e crescimento pessoal e empreendedor nas comunidades é rico na contínua descoberta e no encorajamento das potencialidades humanas, técnicas e científicas, possibilitando significativos impactos positivos nas empresas. A Organização Coordenadora possui um papel muito importante, no sentido de informar e comunicar ações, formas de como agir e no cadastro contínuo de entidades públicas e privadas que sustentem e se comprometam a investir na valoração do Ser Humano nas comunidades /empresa. Abaixo estão relacionados alguns importantes resultados práticos, nos espaços social, territorial e econômico da comunidade /empresa que estão acontecendo em duas escolas públicas em Curitiba com os atores, decisores e facilitadores que estão recebendo subsídios desta metodologia de Gestão Territorial Participativa:

Espaço Social	Espaço Territorial	Espaço Econômico
Maior conhecimento da realidade da comunidade, por parte dos decisores e facilitadores.	Identidade e histórias presentes e passadas dos ambientes socioeconômicos e ambientais.	Descobrir e encorajando potencialidades humanas, técnicas e científicas.
Sentir-se integrado ao processo de construção, valoração dos atores.	Maior conhecimento do projetos e programas em andamento.	Otimiza e potencializa recursos para os projetos e atores envolvidos nos processos.
Marca social da empresa	Reconhecimento da empresa /facilitador na comunidade	Transformação de informação em ação inteligente
Responsabilidade social	Responsabilidade ambiental	Construção da Cidadão consciente e co-responsável

4. Considerações finais

A Gestão Territorial Participativa é um processo continuado que valoriza a descoberta e o encorajamento das potencialidades humanas, técnicas e científicas do Ser Humano. Os resultados positivos da pesquisa desde 1988 apontam e norteiam este novo caminho repleto de desafios, mas muito rico em conquistas humanas. Em consonância com o afirmado, cada vez mais pode-se perceber o crescente número de projetos e atores envolvidos. Para tanto, a necessidade de construir um porto seguro de informações descentralizadas neste ambiente de trabalho de Gestão participativa é enorme. A sociedade toda pode participar deste trabalho social e ambiental, procurando ater-se cada ator a sua potencialidade, a seu interesse pessoal, e às suas aptidões e habilidades, e procurando mobilizar socialmente um grupo determinado de atores. O trabalho é enorme, os desafios são diários, mas a recompensa de Construir Cidadãos com histórias e identidades próprias é a perspectiva de um mundo mais saudável, fraterno, solidário... enfim, um mundo sustentável nos seus espaços sociais e territoriais.

5. Bibliografia

Arns, J.F., *Sozioökonomische und ökologische Aspekte der Entwicklung von kleinen Gemeinden im Bundesstaat Paraná-ein Projektvorschlag für Tijucas do Sul*, *Triolog* 61, pp.68-72.

Bana e Costa, C.A, 1990. *Readings in Multiple Criteria Decison Aid*", Springerverlag.

Boutros G., 1995. *An agenda for development*, New York, United Nations, 132 páginas.

Brasil, *Constituição*: República Federativa do Brasil, 1988. Brasil, Câmara dos Deputados, 292 páginas.

Bähr, H.P., Vögtle, T, 1991. *Digitale Bildverarbeitung: Anwendung in Photogrammetrie, Kartographie und Fernerkundung*, Karlsruhe, Wichmann, 328 páginas.

Loch, C., 1990. *Cadastro Técnico Rural Multifinalitário, como base à organização espacial do uso da terra a nível de propriedade rural*. Florianópolis, UFSC, Tese Professor Titular, 128 páginas.

Ensslin, L.; Montibeller, G.; Zanella, I.J.; Noronha, S.M., 1999. *Metodologias Multicritério em Apoio à Decisão*, Departamento de Produção e Sistemas, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Laboratório de Metodologias MCDA, Florianópolis.

Bortot, A; 2000. *O Uso do Cadastro Técnico Multifinlitário na Avaliação de Impactos Ambientais e na Gestão Ambiental na Mineração do Carvão-Estudo de caso: Mina do Trevo, Rio Albina-Siderópolis – SC*, Dissertação de Mestrado em engenharia civil da Universidade Federal de Santa Catarina.

Paulino, L.A, 2000. *Construção do Mapa base para sistemas de informações geográficas*, dissertação de Mestrado em engenharia civil da Universidade Federal de Santa Catarina.